

DOSSIÊ LITERATURA
COLONIAL

A *oikonomia* do engenho ou o engenho da *polis* cristã: Prudêncio Amaral, Antonil e o açúcar

Guilherme Amaral Luz
Universidade Federal de Uberlândia

Searas do Brasil, eu vou cantar-vos,
E o, que verteis, ó Arundíneos Gomos,
Rival do Mel Hyblêo, suave Assúcar.
Trilhar me agrada os conhecidos campos,
E os Lavradores regular da Pátria
Por certa Lei; ou semeando estendam
Canaviais, ou em diversa quadra
No prelo esmaguem as cortadas Canas;
E espremidos os purguem, e na chama
Os sucos lhe condensem; ou já densos
De novo expurguem, te que rijo Assúcar
*Nívea brancura depurados vistam.*¹

Os versos acima, na tradução de João Gualberto Ferreira dos Santos Reis, formam a primeira estrofe da obra *De Sacchari Opificio Carmen*, escrita pelo Pe. Prudêncio Amaral S.J. (1675 – 1715). Esta obra foi editada pela primeira vez somente cerca de cem anos depois de escrita, compondo parte do livro *De Rusticis Brasilicis Rebus* (1781), de José Rodrigues de Melo. Já no século XVIII, segundo Serafim Leite, os poemas de Prudêncio Amaral e José Rodrigues de Melo passaram a ser denominados “Geórgica Brasília”, título que, com pequenas

¹ AMARAL, 1941, p. 175.

variações, manteve-se nas suas poucas reedições futuras.² É fato reconhecido pela fortuna crítica da obra, que tanto os versos de Amaral, quanto os de Rodrigues de Melo são canções emuladas a partir das Geórgicas de Virgílio.

Mas os versos de Amaral permitem ir um pouco mais além, lançando-se a hipótese de que a obra imita, particularmente, o predicado do Livro IV, do poeta latino. Naquele livro, Virgílio elogia a apicultura e, alegoricamente, constrói a colméia como símile da vida política perfeita, fiel à ordem do Império de Augusto. Destaca-se, neste sentido, em primeiro lugar, a comparação do açúcar com o “mel da Híbléia”, referindo-se, aqui, ao mesmo tempo ao mel produzido na Sicília durante a Antiguidade, e também à suposta introdução da cana-de-açúcar, na Europa, a partir daquela região. Nota-se que a palavra latina traduzida aqui como “rival” é *aemula*, que também quer dizer “aquilo que deseja imitar”, ou ainda, uma “imitação que supera”. É logo nos primeiros versos do poema, que o objeto de louvor se anuncia: a economia agrária do Brasil e, principalmente, aquele que é o seu principal produto: o açúcar, êmulo do mel romano, cantado por Virgílio. Fica-se sugerido que a este elogio, desde o início, está articulado um outro, alegórico, a certa ordem política.

Não se pode precisar exatamente quando Prudêncio do Amaral escreveu *De Sacchari Opificio Carmen*, mas é provável, pelo tempo da vida do autor, que isso tenha se dado entre fins do século XVII e a primeira década do século XVIII. O texto, portanto, é mais ou menos contemporâneo de *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, editado em 1711, do também jesuíta Pe. João Antônio Andreoni (Antonil). Serafim Leite hipotetiza que o livro de Antonil tenha precedido os poemas latinos sobre os produtos do Brasil. Afirma o historiador da Companhia que:

Dignos de nota são os poemas latinos, que cantam as “drogas” do Brasil e que tinham sido precedidos de um valioso livro em prosa, escrito pelo Pe. João Antônio Andreoni com o pseudônimo (quase anagrama) de André João Antonil, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, impresso em Lisboa em 1711.³

² LEITE, s/d, p. 227.

³ LEITE, s/d, p. 227.

Já, o crítico Wilson Martins, comparando passagens dos versos de Amaral com outras do tratado de Antonil, após referir-se a aspectos da moenda, em ambos, conclui categoricamente:

Essa passagem [de Antonil sobre a moeda], como numerosas outras (para não falar na estrutura global do volume e nos pormenores referidos, na ordem em que são referidos), prova, sem sombra de dúvida, que o Pe. Andreoni, Reitor do Colégio da Bahia, havia lido o poema do seu irmão em Jesus Cristo, o Pe. Prudêncio do Amaral.⁴

Mas o que parece uma hipótese bastante verossímil é que há profundas relações entre os dois textos, e que ambos foram gerados a partir do Colégio dos Jesuítas da Bahia, na virada do século XVII para o XVIII. Significativo, neste sentido, é que, entusiasta e admirador das “Geórgicas Brasileiras”, por ele consideradas as melhores expressões de poesia neolatina do Brasil colonial, Serafim Leite as tome (incluindo o texto de Amaral) como realizações superiores, compostas a partir do “valioso texto em prosa” de Antonil.⁵ Martins, por sua vez, julgando o autor de *Cultura e opulência do Brasil*, como “mercantilista prematuro” e precursor de Adam Smith, considerou-a composta, a partir da fonte menor de Amaral, cujo poema ele qualifica como “manual do agricultor”.⁶

O que ambos os críticos parecem ter pouco em consideração é que as diferenças de gênero entre as duas obras têm mais implicações para além da engenhosidade poética ou “analítica” de seus “gênios criadores”. Além disso, há que se ter em vista, que as duas obras foram compostas em um momento particular da história da colonização, momento no qual o elogio ao campo e à economia açucareira deveria fazer sentido, considerando a crise do Império português, no século XVIII. No caso das colônias americanas, era elemento de tal crise a descoberta do ouro, que teria “provocado um desequilíbrio sem precedentes”, conforme analisa Laura de Mello e Souza.

⁴ MARTINS, 1978, p. 281.

⁵ LEITE, s/d, p. 227-228.

⁶ MARTINS, 1978, p. 278-293.

Desse desequilíbrio profundo, o próprio Andreoni teria sido, conforme a mesma autora, um “arauto involuntário”.⁷

Com muita razão, Francisco Eduardo de Andrade, percebeu que para Antônio Vieira e, posteriormente, também para Antonil e Sebastião da Rocha Pita:

As minas e seus descobrimentos eram castigos escondidos de Deus que depois se manifestam em fomes, pestes, guerras “e outras calamidades temporais”. Castigos mais terríveis porque sob aparência enganadora da imagem preciosa que os homens (e os colonos) tanto estimavam.⁸

Segundo os autores referidos por Andrade, o ouro representaria riquezas ilusórias, que esconderiam terríveis castigos de Deus, enquanto a agricultura, esta sim, seria a verdadeira e mais legítima fonte de riquezas segundo a lei divina.⁹ Não nos cabe, no espaço deste ensaio, aprofundar mais do que isso, no universo dos *topoi*, que fazem da ilusão de riqueza um atrativo demoníaco, para a perdição da humanidade. Aqui, vale, sobretudo, reconhecer que o elogio das formas agrícolas coloniais não se entende, adequadamente, sem que percebido como contraponto aos perigos que o advento da economia aurífera representava à ordem política teologicamente concebida, por padres jesuítas e moralistas lusos de inícios do século XVIII.

Mas, qual é a ordem política teologicamente concebida, que se elogia alegoricamente, nos versos de Prudêncio Amaral, sobre a cultura do açúcar? Se retomarmos os versos que abrem este ensaio, veremos que se trata de uma ordem de transição, que leva do separado ao condensado, do impuro ao puro; de uma ordem de expurgação, mediada pela “arte” do engenho. Se, no início do processo de produção do açúcar, o *aedo* canta a denegrada e vermelha terra, de cujo seio ótimas canas brotariam; ao fim do processo, o que se obtém é o açúcar, de raríssima alvura, cândido como a neve, que

⁷ SOUZA, 2006, p. 78-108.

⁸ ANDRADE, 2006, p. 175.

⁹ ANDRADE, 2006, p. 175.

tem os cisnes como rivais em brancura (*Haud omnibus idem est candor; niveis haec albicat aemula cycnis*).¹⁰ No meio de todo esse processo, representa-se a luta do agricultor, para dar ordem à terra, tornando regulares as plantações, e livres de pragas ou ervas daninhas; refere-se ao papel decisivo da devoção, e do rogar a Deus por chuvas, que garantam a manutenção das roças, dissipando assim, os ares imoderados do clima do Brasil; identifica-se, em quase toda fase do processo, a presença de um fogo purificador, que limpa os campos, que queima as impurezas da cana, transformando-as em adubo para os campos; fogo que, nas caldeiras de cobre, condensam e purificam melado... Do processo, dispersam-se os resíduos impuros (*faeces*) com os seus humores que escondiam e assombravam os “sacarinos dons” (*sacchareis donis*) que o Brasil ofereceria ao mundo.

Em termos de estilo, Prudêncio Amaral mantém-se ao longo do poema, quase exclusivamente, naquele que Santo Agostinho, a partir de Cícero, nomeara temperado. Também poderíamos chamá-lo de estilo florido, edificante, moderado ou médio, e que bem se situa, como estilo próprio da emulação das *Geórgicas*, em meio termo, entre a simplicidade das *Bucólicas* e do caráter sublime da grande épica, como no caso da *Eneida*. Ou seja, ele não se preocupa tanto com a simplicidade do ensinar (*docere*) ou com a força do convencer/mover (*mouere*), mas com a utilidade do agradar (*delectare*).¹¹ Louvando a cultura do açúcar, busca fazer com que os leitores/ouvintes sejam dóceis na recepção e se apeguem ao objeto de louvor, no caso, ao açúcar e ao processo de purificação do qual ele é resultado, reconhecendo-os como portadores de belas virtudes. Não é papel do *aedo*, no estilo temperado, explicar os sentidos das analogias entre a cultura do açúcar e a vida política cristã na colônia. Tais sentidos subentendem-se como já dominados pelos leitores/ouvintes discretos. A

¹⁰ AMARAL, 1941, p. 121.

¹¹ Sobre a teoria dos estilos em Santo Agostinho, c.f.: AGOSTINHO, 2002. p. 233-262. Sobre a questão dos estilos nas obras de Virgílio e a emulação dos mesmos a partir da *rota Virgilii* nas poéticas quinhentistas, c.f.: VILÀ i TOMÀS, 2001. p. 150.

clareza dessas analogias apresenta-se, na intersecção do poema com seu público suposto, quais sejam: homens letrados, versados em latim, conhecedores de Virgílio, capazes de compreender alegorias, e minimamente versados em agronomia. Esta última habilidade, por sinal, parece ser a menos importante, considerando as notas explicativas do poema, ainda que muitas só tenham sido compostas, no final do século XVIII. Não é em relação ao açúcar, propriamente, que Amaral busca a boa vontade de seu público, mas em relação aos significados edificantes, que sua cultura produz, no coração do leitor discreto.

Os versos de Prudêncio Amaral trazem à cena um “lugar comum” dos “escritos coloniais”, que Laura de Mello e Souza identificou e interpretou, a partir de “autores”, tais como Nóbrega, Frei Vicente do Salvador, Jaboatão, Gandavo, Vieira, Antonil, Ambrósio Fernandes Brandão e outros: “lugar comum” segundo o qual o Brasil compreendia-se como purgatório, quando considerada a sua relação com a Metrópole. Ou seja, a colônia formaria um espaço em que “homens danados podiam alcançar os céus através do esforço honesto, do trabalho diário, da sujeição à vontade metropolitana”.¹² Supõe-se aqui, que a purificação é efeito de um trabalho de correção, dos desvios da natureza e da humanidade, da colônia na direção da norma paradisíaca, que se pretende estabelecer. Supõe-se, sobretudo, um trabalho árduo e difícil que *espreme, condensa, esmaga, expurga* (utilizando verbos que aparecem na epígrafe deste ensaio) a desordem, e tudo que seja potencial ou efetivamente mal, impuro ou ímpio, para buscar a máxima e perfeita pureza, beleza e virtude. Mais fortemente do que Alfredo Bosi reconhece em Antonil, em Amaral, a cana-de-açúcar personifica o sujeito de um martírio purificador, êmulo das dores de Cristo na Paixão. A geração do açúcar ensina que nada se converte à perfeição sem apertos, sem tormentos, sem as dificuldade e dores de um martírio.¹³ Esta “sabedoria” é que se explica em Antonil, engendra-se nos ornatos agradáveis de Prudêncio Amaral e também fundamenta, por

¹² SOUZA, 1987, p. 84.

¹³ C.f.: BOSI, 1993, p. 165-175.

exemplo, as exortações sublimes de Antônio Vieira, quanto ao trabalho escravo em seus sermões do Rosário.

Mas tornemos a considerar a obra de Antonil. Um de seus críticos atuais, Rafael Marquese, demonstra que ela representa, exemplarmente, a teoria cristã de governo, dos escravos, na América portuguesa, na passagem do século XVII para o XVIII. Similarmente a outros jesuítas, como Antônio Vieira e Jorge Benci, Andreoni, argumenta o autor, buscava defender a Companhia de Jesus de ataques dos colonos, e apontava a fragilidade das práticas senhoriais vigentes, quanto ao correto modo de governar a escravaria. Nesse sentido, os jesuítas apregoavam que os preceitos da moralidade católica deveriam servir para normatizar o “governo da casa”. Assim, emulando a “literatura agrária” latina e os tratados gregos de *oikonomia*, lidos conforme os princípios bíblicos das obrigações recíprocas, entre o *pater familis* e seus subordinados, os inacianos da América portuguesa, entre os quais Antonil, procuraram prescrever os moldes de uma família patriarcal perfeita, indissociável do projeto missionário da Companhia de Jesus, e fundamental para a realização do mesmo.¹⁴

Nesse caso, se é válida a formulação de Marquese, inspirada em Hespanha, de que, no Antigo Regime, “o poder do monarca, apesar de uno, era partilhado por diferentes corpos sociais, dentre os quais, na colônia, sobressaía o dos senhores de escravos”;¹⁵ então, pode-se inferir, que a teoria jesuítica do governo da casa buscava normatizar a *oikonomia*, em benefício da *polis* cristã. Para isso, os padres precisavam atingir a consciência dos senhores, reftreando suas paixões e conduzindo-os na direção de uma racionalidade, teologicamente, orientada. Seguindo a moral católica e seus princípios de condução do governo da casa, os senhores seriam recompensados com o sucesso do empreendimento, alcançando a tão almejada nobilitação, que o Engenho parecia prometer. Caso contrário; se fossem na contracorrente da ordem divina “ensinada” pelos padres, estariam sujeitos à ira de Deus e

¹⁴ C.f.: MARQUESE, 2004, p. 19-83.

¹⁵ MARQUESE, 2004, p. 68.

às suas justas punições, colocando em risco a própria saúde do Império como um todo.

Conhecidíssima é a seguinte passagem, que abre o primeiro livro de *Cultura e Opulência do Brasil*:

o ser *senhor de engenho* é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionalmente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino.¹⁶

Muitos citaram esta formulação para ilustrar o suposto *status* de nobre que o senhor de engenho devia possuir na colônia, o que se dava, dependendo das análises posteriores, apesar ou por causa dos rendimentos advindos da economia açucareira. Poucos autores, contudo, perceberam o caráter condicional da estima do ser senhor de engenho no Brasil e os sentidos da proporcionalidade (não equivalência), da mesma, em relação à que se tem aos títulos, no reino. Se lermos isso com atenção, notaremos que o que está para ser elogiado por Antonil é um senhor de engenho perfeito, a ser construído como retrato de excelência e, ainda, um senhor de engenho cuja dignidade está nos valores, que se evidenciam na sua perfeição de caráter, em relação ao conjunto político amplo e hierarquizado, do qual ele é parte.

O fator predeterminante para que a condição de senhor de engenho seja estimada por aqueles que a aspiram é ser “homem de cabedal e governo”. Sem tal pré-requisito, buscar o senhorio do açúcar é inútil e, antes, imprudente. Os que se lançam a tentar ascensão por meio da economia açucareira sem, antes, possuírem “cabedal e bom juízo”, diria Antonil, quebram diante de sua “mal fundada pretensão”, que converte “em palha seca aquela primeira verdura de uma aparente, mas enganosa esperança”.¹⁷ Pois o que faz todo o livro I de *Cultura e Opulência do Brasil*

¹⁶ ANTONIL, 1977, p. 139.

¹⁷ ANTONIL, 1977, p. 141.

é prescrever o “cabedal e o juízo” necessários à *oikonomia* do açúcar, sem os quais, não haveria como alguém destacar-se como senhor de engenho. Com teor altamente moralizante, este primeiro livro concebe um senhor afável (em oposição à altivez, à arrogância e à soberba); justo e verdadeiro; que evita a inveja e a discórdia, com bom coração e urbanidade no trato; prudente na escolha das pessoas que o servem; zeloso com a salvação da alma de todos que estão sob sua autoridade (em especial escravos e filhos); prudente na forma de punir seus subordinados, evitando excessos, vinganças e desmandos (de feitores), capazes de colocar sua autoridade em ameaça; que seja sábio no lidar com as alforrias, nas repartições dos escravos para o trabalho, na administração da justiça no interior de sua “casa” e na permissão de “divertimento honesto” entre os escravos; que evite a avareza tanto quanto não seja pródigo, refrendo dispêndios excessivos; que coloque limite nos filhos, e atente para sua educação em condições “honestas”; que seja fiel e pontual em guardar suas promessas; honesto com todos aqueles com quem trata comercialmente; que saiba ter boa vizinhança; que seja senhor hospitaleiro, tanto por cortesia como por virtude cristã...

A relação de proporcionalidade entre o senhor de engenho e o fidalgo titulado do reino está no reconhecimento público, cada qual em seu espaço de poder – mais próximo (no caso do fidalgo) ou mais distante (no caso do senhor de engenho) da cabeça do corpo político –, de que possuem alto valor de caráter, como os acima elencados. Proporcionalmente, ambos são emanções da majestade da coroa, vassalos úteis do rei, pois homens honrados, prudentes, de bom juízo e, logo, bem dispostos a servirem a Deus e ao *bem-comum*. Eles não se equivalem em termos de posição política, no Império português. Os fidalgos do reino estão hierarquicamente acima dos senhores de engenho, na sociedade portuguesa do “Antigo Regime”. A equivalência é proporcional, quando considerado o prestígio que detém junto aos demais súditos, que habitam ao seu redor, e desses homens, de certa forma, dependem politicamente, de modo que os servem, os obedecem e os respeitam.

Percebe-se, aqui, uma engenhosa construção segundo a qual há relação direta entre poder (de ser servido, obedecido e respeitado) e conduta

ética. Antonil, sugere que poderoso, no contexto do Brasil açucareiro, é quem consegue prosperar como senhor de engenho, o que demandava, sobretudo, na concepção do jesuíta, uma conduta, especialmente pautada, na ética cristã e em princípios de cortesia e fidalguia. Nesse sentido, a prosperidade de um senhor de engenho entende-se claramente, como sinal de fidalguia e nobreza, condição que poderia ou não ser reforçada expressa ou tacitamente pelo próprio rei.¹⁸ Dito isso, talvez se possa compreender de maneira mais aguda a formulação que abre o próêmio da obra de Andreoni:

Quem chamou às oficinas, em que se fabrica o açúcar, *engenhos*, acertou verdadeiramente no nome. Porque quem quer que as vê, e considera com a reflexão que merecem, é obrigado a confessar que são uns dos principais partos e invenções do engenho humano, o qual, como pequena porção do Divino, sempre se mostra, no seu modo de obrar, admirável.¹⁹

O *engenho de açúcar*, tal qual fruto máximo do *engenho humano*, é uma “pequena porção do Divino”, sendo o seu modo de funcionamento admirável para aquele que, agudamente, percebe o que tal funcionamento revela. No funcionamento deste *engenho* não se faz somente o valioso açúcar, mas também se retira o valoroso *senhor*. No funcionamento do *engenho*, tem-se o bom ordenamento da família e dos dependentes

¹⁸ Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, o estatuto da nobreza colonial dependia da graça e ou da mercê régia para que existisse. Como explica a autora, a vontade do rei em tornar um súdito mais nobre poderia se dar de forma expressa ou de forma tácita, sendo que “a primeira ocorria quando o monarca, ‘de palavra ou por escrito’, declarava alguém ‘fidalgo, cavaleiro, ou simplesmente nobre’. A segunda forma tinha lugar quando fosse conferida a um indivíduo alguma dignidade, posto ou emprego ‘que de ordinário costume andar em gente nobre’”. (C.F.: NIZZA DA SILVA, 2005, p. 18). Sendo necessário ao bom senhor de engenho ser homem de “cabedal e de governo”, pressupõe-se sua capacidade e mérito para gozar do reconhecimento tácito ou expresso do rei como nobre ou fidalgo.

¹⁹ ANTONIL, 1977, p. 133.

(escravos ou livres), que vivem ao redor da autoridade do *nobre da terra*. No funcionamento desta pequena porção do Divino, a providência premia, retribui com justiça, a *cabeça* desta comunidade.²⁰ O *engenho* dá a Portugal a opulência derivada da cultura do açúcar, e súditos, localmente poderosos, mas regidos por preceitos éticos e morais afinados com a ordem teológico-política do Império. O *engenho* humano produziu, assim, não só uma máquina de fazer açúcar, mas uma máquina divina de fazer homens e, mais ainda, comunidades humanas ordenadas conforme regras ajustadas. Ele produziu uma máquina de aperfeiçoamento moral dos homens; uma máquina de purgação, alegórica e verdadeiramente.

Tanto os versos de Amaral quanto a prosa de Antonil *inventam* um mesmo objeto a ser louvado, qual seja: uma espécie de mecânica histórica, providencialmente inspirada, de purificação moral e, concomitantemente, de ordenamento político, que funciona em torno da *oikonomia* patriarcal do engenho de açúcar. Alegoricamente, esta dinâmica evidencia-se na cultura da cana e na produção do açúcar. Em um momento de crise, quando a economia açucareira começa a ofuscar-se diante de um rival mais

²⁰ É um excelente exemplo disto, a moralização de Antonil sobre a necessidade de o *senhor de engenho* conter a arrogância e a altivez. Observe-se a passagem: “o ter muita fazenda cria, comumente, nos homens ricos e poderosos, desprezo da gente mais nobre; e, por isso, Deus facilmente lha tira, para que se não sirvam dela para crescer em soberba. Quem chegou a ter título de senhor, parece que em todos quer dependência de servos. E isto principalmente se vê em alguns senhores que têm lavradores em terras do engenho, ou de cana obrigada a moer nele, tratando-os com altivez e arrogância. Donde nasce o serem malquistos e murmurados dos que não podem sofrer; e que muitos se alegram com as perdas e desastres que de repente padecem, pedindo os miseráveis oprimidos a cada passo justiça a Deus, por se verem tão vexados e desejando ver aos seus opressores humilhados, para que aprendam a não tratar mal aos humildes, assim como o médico deseja e procura tirar fora a malignidade e abundância do humor pecante que faz ao corpo indisposto e doente, para lhe dar desta sorte não somente vida, mas também perfeita saúde”. (ANTONIL, 1977, p. 145. Grifo nosso.)

luzente – e, até por isso, moralmente mais perigoso –, seu elogio toma a dimensão de um alerta moral, de um conselho político antimachiavélico. A mecânica histórica de purificação por meio da *oikonomia* do açúcar é louvada, na iminência de seu enfraquecimento, no mesmo momento em que os enganos da cobiça, no parecer dos mais moralistas, dragavam as paixões dos colonos, para as entranhas da terra, para mais distante do rei, das leis e da fé, convertendo-os em “hidras” ou em “demônios”. Mas a detração das minas como espaço da crise moral daquela sociedade é um outro assunto, que não cabe nestas páginas. Por hora, basta dizer que, em inícios do século XVIII, o açúcar torna-se, por excelência, objeto de encômios, enquanto o ouro encarnaria a via inversa do vitupério. O efeito, por quaisquer dessas vias, é o mesmo: o reforço da ordem patriarcal como fundamento da *polis* cristã na colônia.

Referências bibliográficas

- AGOSTINHO, Santo. *A doutrina cristã*. São Paulo: Paulus, 2002.
- AMARAL, Prudêncio. “Da lavoira do assúcar”. In: AMARAL, Prudêncio; MELLO, José Rodrigues de. *Geórgicas brasileiras: cantos sobre as coisas rústicas do Brasil (1781)*. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira de Letras, 1941.
- ANDRADE, Francisco Eduardo de. A natureza e a gênese das Minas no Sul nos livros de André João Antonil e Sebastião da Rocha Pita. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n. 51, p. 171-195, jan./jun. 2006.
- ANTONIL, André João [ANDREONI, João Antônio]. *Cultura e Opulência do Brasil* (Texto da edição de 1711). 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- LEITE, Serafim. *Breve história da Companhia de Jesus no Brasil (1549 – 1760)*. Braga: Livraria A. I., s/d.

- MARQUESE, Rafael Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente*. Senhores, letrados e o controle de escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. v. I (1550-1794). São Paulo: Cultrix, 1978.
- NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- VILÀ i TOMÀS, Lara. *Épica e Império: imitación virgiliana y propaganda política em la épica española del siglo XVI*. 2001. Tese (Doutorado) – Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2001.

Resumo

Este artigo pretende avaliar as dimensões teológico-políticas do louvor à economia do açúcar nas letras jesuíticas na passagem do século XVII para o XVIII. Pretende-se argumentar que os encômios devotados ao açúcar integram uma propaganda poética que busca reforçar a ordem patriarcal como fundamento da polis cristã na colônia em um momento em que a mesma se via ameaçada na América portuguesa. Para isso, analisam-se, aqui, duas obras em especial: *Cultura e Opulência do Brasil*, de André João Antonil, e *Da lavoura do açúcar*, de Prudêncio Amaral.

Abstract

This article focuses on the political and theological dimensions of praising sugar cane economy in Jesuits' literature in the turn of the XVIIth to the XVIIIth Century. It attempts to show that such encomium is part of a poetical propaganda of patriarchal order as fundament of the Christian *polis* in Portuguese America, when it seemed to be in danger. To reach this purpose, two texts are particularly analysed: *Cultura e Opulência do Brasil*, by André João Antonil, and *Da lavoura do açúcar*, by Prudêncio Amaral.